

Entre direito social e permanência com êxito: política de assistência estudantil na educação pública brasileira

Uilliane Faustino de Lima

Resumo: A Política de Assistência Estudantil, situada entre proteção social e democratização educacional, enfrenta a evasão e o baixo aproveitamento associados à vulnerabilidade socioeconômica, especialmente no ensino superior e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dificuldades financeiras seguem limitando trajetórias acadêmicas (Albuquerque, 2023), de modo que o artigo objetiva analisar, em chave histórico-crítica, como a assistência estudantil se constitui, se institucionaliza e se materializa em práticas voltadas à permanência com êxito. A abordagem se justifica pela persistência de desigualdades de origem que atravessam o acesso e a certificação, deslocando a assistência de uma lógica residual para um desenho orientado por direitos. Pergunta-se: de que modo a política de assistência estudantil, em particular o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010) e sua implementação nos Institutos Federais (Antunes, 2018), tensiona condições objetivas de permanência e reconfigura experiências educacionais de estudantes em vulnerabilidade? Metodologicamente, desenvolve-se pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, articulando marcos normativos (Brasil, 1993; Brasil, 1996; Brasil, 2004; Brasil, 2008; Brasil, 2010) e aportes sociológicos e pedagógicos (Bourdieu; Passeron, 1998; Freire, 1996). Os resultados indicam que, quando restrita à transferência monetária, a assistência mitiga urgências imediatas sem enfrentar mecanismos de reprodução; quando integrada a apoio pedagógico, saúde, alimentação, moradia e cultura, amplia a permanência e fortalece a pertença estudantil. Conclui-se que a política requer gestão intersetorial, monitoramento formativo e participação estudantil para reduzir a evasão e sustentar trajetórias educacionais.

Palavras-chave: Permanência Estudantil; Assistência Estudantil; PNAES.



Recebido em: julho. 2025. Aceito em: novembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.737

**Travessias Científicas Contemporâneas:
Investigações, Práticas e Diálogos em Movimento**
Dezembro, 2025, v. 3, n. 33

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Entre los derechos sociales y la permanencia exitosa: Política de Asistencia al Estudiante en la Educación Pública Brasileña

Resumen: La Política de Asistencia al Estudiante, situada entre la protección social y la democratización educativa, afronta el abandono escolar y el bajo rendimiento asociados a la vulnerabilidad socioeconómica, especialmente en la educación superior y en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica. Las dificultades financieras siguen limitando las trayectorias académicas (Albuquerque, 2023), por lo que el artículo pretende analizar, en una clave histórico-crítica, cómo se constituye, institucionaliza y materializa la asistencia estudiantil en prácticas orientadas a la permanencia exitosa. El enfoque se justifica por la persistencia de desigualdades de origen que cruzan el acceso y la certificación, desplazando el cuidado de una lógica residual a un diseño orientado a derechos. La cuestión es: ¿cómo la política de asistencia al estudiante, en particular el Programa Nacional de Asistencia al Estudiante (Brasil, 2010) y su implementación en los Institutos Federales (Antunes, 2018), tensiona las condiciones objetivas de permanencia y reconfigura las experiencias educativas de los estudiantes en situación de vulnerabilidad? Se desarrolla metodológicamente, la investigación cualitativa, bibliográfica y documental, articulando marcos normativos (Brasil, 1993; Brasil, 1996; Brasil, 2004; Brasil, 2008; Brasil, 2010) y contribuciones sociológicas y pedagógicas (Bourdieu; Passeron, 1998; Freire, 1996). Los resultados indican que, cuando se limita a transferencias de efectivo, la asistencia mitiga emergencias inmediatas sin enfrentarse a mecanismos de reproducción; Cuando se integra con apoyo pedagógico, salud, alimentación, vivienda y cultura, amplía la permanencia y fortalece la pertenencia estudiantil. Se concluye que la política requiere gestión intersectorial, monitoreo formativo y participación estudiantil para reducir el abandono escolar y mantener las trayectorias educativas.

Palabras clave: Permanencia Estudiantil; Asistencia al Estudiante; PNAES.

Between social rights and successful permanence: Student Assistance Policy in Brazilian Public Education

Abstract: The Student Assistance Policy, situated between social protection and educational democratization, faces the dropout and low performance associated with socioeconomic vulnerability, especially in higher education and in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. Financial difficulties continue to limit academic trajectories (Albuquerque, 2023), so that the article aims to analyze, in a historical-critical key, how student assistance is constituted, institutionalized, and materialized in practices aimed at successful permanence. The approach is justified by the persistence of inequalities of origin that cross access and certification, shifting care from a residual logic to a rights-oriented design. The question is: how does the student assistance policy, in particular the National Student Assistance Program (Brasil, 2010) and its implementation in the Federal Institutes (Antunes, 2018), tension objective conditions of permanence and reconfigure educational experiences of students in vulnerability? Methodologically, qualitative, bibliographic and documentary research is developed, articulating normative frameworks (Brasil, 1993; Brazil, 1996; Brazil, 2004; Brazil, 2008; Brazil, 2010) and sociological and pedagogical contributions (Bourdieu; Passeron, 1998; Freire, 1996). The results indicate that, when restricted to cash transfer, assistance mitigates immediate emergencies without facing reproduction mechanisms; When integrated with pedagogical support, health, food, housing and culture, it expands permanence and strengthens student belonging. It is concluded that the policy requires intersectoral management, formative monitoring and student participation to reduce dropout and sustain educational trajectories.

Keywords: Student Permanence; Student Assistance; PNAES.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão do acesso à educação superior e à educação profissional pública, embora tenha ampliado matrículas e diversificado perfis estudantis, também intensificou a visibilidade de barreiras socioeconômicas que incidem sobre alimentação, transporte, moradia, saúde e conectividade, convertendo-se em fatores que pressionam a evasão e o rendimento. O debate sobre permanência, portanto, desloca-se da mera matrícula para a sustentação material e simbólica de trajetórias educativas, com impacto direto sobre a qualidade social da formação e sobre a própria legitimidade das políticas de expansão.

No interior dessa agenda, a assistência estudantil ganha centralidade ao articular-se com políticas de juventude, assistência social e educação, em um cenário no qual a história da educação profissional no Brasil já se vinculava, com frequência, a projetos de controle social e a promessas de integração pelo trabalho (Avilar; Ribeiro, 2022). Quando se observam estudantes que conciliam estudo e trabalho, ou que assumem responsabilidades familiares precoces, emergem tensões que atravessam tempo, aprendizagem e pertença, o que reforça o diagnóstico de permanência como problema público (Albuquerque, 2023). Nesse contexto, a escola e seus profissionais precisam reconstruir mediações cotidianas que acolham a diversidade de trajetórias, sem naturalizar ausências e fracassos como déficit individual (Arroyo, 2012).

A justificativa do estudo ancora-se em três ordens de razões. Primeiramente, a assistência estudantil tende a ser interpretada como benefício contingente, apesar de se apoiar em marcos normativos que a aproximam de um direito social, o que exige problematizar critérios, cobertura e transparência distributiva. Em segundo lugar, nos Institutos Federais, o deslocamento de uma política para a implementação cotidiana envolve mediações administrativas, pedagógicas e financeiras que podem produzir assimetrias entre campi e públicos (Antunes, 2018). Por fim, ao considerar que processos de ensino e aprendizagem se organizam em ecossistemas formativos, torna-se relevante examinar como apoios acadêmicos e estratégias de acompanhamento dialogam com práticas pedagógicas que valorizem protagonismo, monitoramento e gestão

do tempo de estudo (Bacich; Moran, 2015). Acrescenta-se que, quando a assistência opera isoladamente, sem coordenação com setores pedagógicos e com a escuta estudantil, tende a perder capacidade de induzir pertencimento, prevenção de abandono e redes de apoio, em especial nos primeiros semestres.

Como objetivo geral, o artigo analisa a política de assistência estudantil, com ênfase no PNAES (Brasil, 2010) e em sua materialização na Rede Federal, problematizando seus limites e potencialidades para a permanência com êxito. Delineiam-se três objetivos específicos: (i) discutir desafios contemporâneos de permanência associados a vulnerabilidades financeiras e às características históricas da educação profissional; (ii) contextualizar a assistência estudantil como política social pública, articulando Estado, legislação e mecanismos de reprodução escolar; (iii) examinar, em perspectiva crítico-emancipatória, como a assistência pode compor um projeto educativo que combine direitos, participação e formação integral. Em coerência, formula-se a pergunta de pesquisa: de que modo o desenho e a implementação da assistência estudantil reconfiguram condições objetivas de permanência e experiências educacionais de estudantes em vulnerabilidade?

Para responder à pergunta e atender aos objetivos, o texto organiza-se em três seções de desenvolvimento. Na primeira, analisa-se a permanência estudantil como problema educacional e social, mobilizando evidências sobre restrições financeiras e discutindo a implementação nos Institutos Federais (Albuquerque, 2023; Antunes, 2018). Na segunda, reconstróem-se marcos históricos e normativos da assistência social e educacional, articulando-os a interpretações sociológicas sobre desigualdades e reprodução (Bourdieu; Passeron, 1998), além de documentos legais e estatísticos (Brasil, 1993; Brasil, 1996; Brasil, 2004; Brasil, 2010; Inep, 2023). Na terceira, tensiona-se a assistência como direito e como mediação pedagógica, vinculando-a a debates sobre emancipação, democracia e projeto societário na educação pública (Freire, 1996; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A permanência estudantil, quando tratada como dimensão constitutiva do direito à educação, demanda compreender que o ingresso não encerra o processo de democratização, pois a continuidade depende de condições materiais, de vínculos institucionais e de experiências pedagógicas significativas. Ao reportar dificuldades financeiras que limitam a permanência no ensino superior, a cobertura jornalística de Albuquerque (2023) evidencia que o custo da vida e a necessidade de trabalho remunerado atravessam o cotidiano estudantil, produzindo escolhas duras entre estudo, renda e cuidado familiar, o que desafia políticas baseadas apenas em mérito e desempenho.

Nos Institutos Federais, a questão ganha contornos específicos, uma vez que a educação profissional e tecnológica historicamente oscilou entre projetos de inclusão subordinada e promessas de ascensão social pela via do trabalho. Ao recuperar a longa duração do ensino profissional como medida destinada a “desvalidos” e “menores”, Avilar e Ribeiro (2022) sugerem que a racionalidade assistencialista, marcada por tutela e disciplina, não desaparece automaticamente com a institucionalização republicana, reaparecendo em práticas que condicionam apoio a comportamentos considerados adequados.

Quando se amplia o recorte temporal, Avilar, Ribeiro e Fernandes (2022) mostram que os marcos históricos da educação profissional e tecnológica, ao longo do século XX, dialogaram com estratégias estatais de desenvolvimento e com políticas de controle social, o que contribui para compreender por que, ainda hoje, parte do debate oscila entre assistência como favor e assistência como direito. Essa herança tensiona a gestão contemporânea, pois a assistência estudantil precisa simultaneamente responder a urgências imediatas e produzir condições de aprendizagem, sem capturar o estudante por lógicas punitivas.

Na passagem “da política à implementação”, Antunes (2018) analisa a assistência estudantil nos Institutos Federais como um processo atravessado por disputas de interpretação, arranjos administrativos e limites orçamentários, nos quais o texto normativo se converte em editais, fluxos e rotinas. A autora evidencia que a implementação não se reduz a executar regras preexistentes,

pois implica escolhas sobre público-alvo, critérios socioeconômicos, prioridades de atendimento e formas de acompanhamento, o que pode produzir tanto capilaridade quanto fragmentação, conforme as condições locais.

Esse deslocamento para a implementação revela que a permanência não se esgota na dimensão financeira, embora a renda disponha de efeito direto sobre transporte, alimentação e moradia. Ao lado do auxílio, a instituição precisa produzir acolhimento, orientação acadêmica e mediação pedagógica, de modo que o estudante aprenda a habitar a cultura escolar e a organizar rotinas de estudo. Ao discutir o “ofício de mestre”, Arroyo (2012) chama atenção para imagens e autoimagens docentes que informam práticas de reconhecimento ou de estigmatização, o que afeta a disposição do estudante para buscar ajuda, comunicar dificuldades e permanecer.

Em termos pedagógicos, a literatura sobre metodologias ativas contribui ao deslocar o foco do ensino transmissivo para estratégias que favoreçam engajamento, autoria e sentido, em especial quando estudantes enfrentam cansaço, deslocamentos longos e jornadas de trabalho. Bacich e Moran (2015) sugerem que a aprendizagem se fortalece quando há alternância entre momentos presenciais e atividades orientadas, com acompanhamento e feedback, o que permite pensar a assistência estudantil também como política de suporte à aprendizagem, por meio de monitorias, tutoria, espaços de estudo e apoio à inclusão digital.

Nesse ponto, a permanência com êxito pode ser operacionalizada como combinação entre condições de vida e condições de aprendizagem: a primeira envolve garantir o mínimo material, enquanto a segunda envolve estruturas de acompanhamento que previnam reprovações sucessivas e desfiliação institucional. Antunes (2018) indica que, quando a assistência se restringe a repasses pontuais, sem integração com setores pedagógicos e sem comunicação clara com estudantes, tende a produzir efeito compensatório curto, não necessariamente associado ao sucesso acadêmico.

A articulação entre assistência e cultura institucional requer, portanto, procedimentos transparentes, linguagem acessível e canais de escuta contínua. A experiência de vulnerabilidade, além de econômica, frequentemente envolve insegurança alimentar, ansiedade e precariedade habitacional, o que torna

indispensável o diálogo com políticas de saúde e assistência social, sem perder de vista a especificidade educacional. Ao enfatizar que dificuldades financeiras limitam a permanência, Albuquerque (2023) também torna visível a heterogeneidade de perfis, o que sugere que uma política uniforme pode falhar ao tratar igualmente situações desiguais.

Finalmente, quando se reconhece que a educação profissional nasceu atravessada por disputas sobre quem merece aprender e para que aprender, a assistência estudantil passa a ser lida como dispositivo de justiça social que precisa escapar do paternalismo e do moralismo. Avilar e Ribeiro (2022) ajudam a perceber que a gramática dos “merecedores” reaparece em editais e em narrativas institucionais; Arroyo (2012), por sua vez, tensiona a responsabilidade coletiva de produzir condições dignas de escolarização. Assim, a permanência depende de um desenho que combine proteção material, mediação pedagógica e governança democrática, de modo que o estudante não seja apenas mantido na instituição, mas incorporado como sujeito de direitos e de aprendizagem.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA SOCIAL: ESTADO, LEGISLAÇÃO E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A compreensão da assistência estudantil como política social pública requer situá-la na história brasileira de construção tardia e desigual de direitos, na qual avanços normativos conviveram com estratégias de restrição fiscal, seletividade e focalização. Ao analisar as raízes do autoritarismo e a articulação entre Estado e economia, Barbosa (2009) oferece uma chave para compreender por que políticas sociais, em diferentes períodos, oscilaram entre expansão e contenção, frequentemente subordinadas a projetos de acumulação e a pactos conservadores.

Nesse quadro, a assistência social percorre trajetória marcada pela passagem de práticas filantrópicas e benemerentes para um regime jurídico que reconhece dever estatal e participação social. Boscari e Silva (2015) reconstroem a trajetória da assistência social até sua efetivação como política pública, evidenciando que a institucionalização dependeu de disputas sobre universalidade, financiamento e controle social. A Lei nº 8.742 (Brasil, 1993)

delimita a organização da assistência social, enquanto a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) explicita diretrizes e níveis de proteção, configurando base intersetorial na qual políticas educacionais passam a dialogar.

No campo educacional, a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) reordena princípios e responsabilidades, ao passo que políticas específicas para a educação profissional e tecnológica buscam articular formação e desenvolvimento. O documento do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (Brasil, 1994) insere a EPT em um desenho nacional, e iniciativas posteriores, como o ProJovem (Brasil, 2005) e o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC 2007-2010 (Brasil, 2007), associam expansão de oportunidades a estratégias governamentais de crescimento e inclusão.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), amplia a capilaridade institucional e diversifica públicos, de modo que a permanência passa a demandar políticas de apoio sistemático. Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Brasil, 2010) configura marco de indução federal ao definir áreas de atendimento, tais como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, embora sua implementação seja condicionada por orçamento, gestão e prioridades locais.

Do ponto de vista federativo, a efetividade do PNAES depende de arranjos de financiamento e de capacidade administrativa, pois a norma federal não garante, por si, cobertura adequada, regularidade de pagamentos ou equipes técnicas suficientes para triagem e acompanhamento. Além disso, a institucionalidade de políticas de juventude, como o ProJovem e a criação de estruturas de coordenação (Brasil, 2005), sugere que a permanência estudantil exige diálogo intersetorial com assistência social, saúde e trabalho, evitando duplicidades e lacunas de atendimento.

Para além dos marcos legais, a análise sociológica evidencia que a escola não funciona como instância neutra de distribuição de oportunidades, pois tende a converter desigualdades de origem em desigualdades de destino. A teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1998) sugere que capitais culturais e disposições familiares operam como filtros silenciosos, de modo que estudantes

de grupos populares frequentemente enfrentam currículos, linguagens e expectativas que lhes exigem um “habitus” escolar pouco disponível. Nessa chave, a assistência estudantil não pode ser pensada apenas como compensação material, mas como intervenção capaz de reduzir assimetrias de participação no jogo escolar.

Entretanto, quando políticas de assistência se estruturam por editais competitivos, exigências burocráticas e comprovações reiteradas de pobreza, podem produzir efeitos ambivalentes: por um lado, direcionam recursos escassos; por outro, reforçam estigmas e custos de acesso, além de naturalizarem a precariedade como identidade do beneficiário. A transparência dos critérios e a previsibilidade do calendário de pagamentos tornam-se, nesse sentido, componentes de dignidade institucional. Benjamin (1995), ao trabalhar com a ideia de história em fragmentos e com a crítica às narrativas lineares de progresso, inspira uma leitura na qual políticas sociais devem ser examinadas em suas ruínas, contradições e silêncios, de modo a evitar que a expansão formal oculte exclusões persistentes, especialmente quando indicadores agregados encobrem trajetórias interrompidas.

Os dados educacionais recentes indicam que a educação profissional tem ampliado matrículas, o que reforça a urgência de políticas de permanência que acompanhem a expansão. As notas estatísticas do Censo Escolar 2023 (Inep, 2023) registram crescimento na educação profissional, o que, em termos de gestão pública, desloca o problema para condições de oferta, infraestrutura e suporte estudantil, sobretudo em contextos nos quais estudantes se deslocam entre municípios ou conciliam trabalho e estudo. A assistência estudantil, nesse cenário, opera como condição de possibilidade para que a expansão não se converta em rotatividade e frustração.

Em síntese, a institucionalização do PNAES (Brasil, 2010) pode ser compreendida como resposta estatal a um duplo desafio: reconhecer desigualdades estruturais e sustentar políticas de expansão com qualidade social. Ainda assim, as tensões entre focalização e universalização, entre proteção e controle, e entre benefício e direito permanecem abertas. A leitura articulada entre história político-econômica (Barbosa, 2009), crítica sociológica da reprodução (Bourdieu; Passeron, 1998) e trajetória da assistência social

(Boscari; Silva, 2015) sugere que a assistência estudantil precisa combinar critérios justos, transparência e ações pedagógicas para não reproduzir, sob nova linguagem, a seletividade que pretende combater.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, EMANCIPAÇÃO E PROJETO SOCIETÁRIO: TENSÕES E POSSIBILIDADES NA REDE FEDERAL

A assistência estudantil, ao ser situada no horizonte de direitos humanos e de democratização radical da educação, pode ser compreendida como mediação que atravessa a disputa por projetos societários, sobretudo em contextos de crise econômica e de restrição fiscal. Ao interpretar a formação social brasileira e a constituição de uma modernização conservadora, Fernandes (2000) indica que desigualdades estruturais se reorganizam mesmo quando há expansão institucional, o que exige políticas que enfrentem a exclusão não apenas como carência individual, mas como expressão de relações sociais historicamente produzidas.

Nessa chave, a história da assistência social no Brasil, analisada por Floresta (2016) a partir de instituições de acolhimento e práticas de amparo, evidencia a persistência de dispositivos morais e disciplinadores que classificam sujeitos e hierarquizam merecimentos. Transposta para o campo educacional, tal herança pode reaparecer quando a assistência estudantil se ancora em contrapartidas implícitas, discursos de gratidão ou vigilância cotidiana, deslocando o foco do direito para o controle, com impacto sobre a autonomia estudantil.

Paulo Freire oferece um repertório para reconstruir esse debate, ao afirmar que educação e liberdade não se separam e que a prática educativa demanda leitura crítica do mundo. Em *Educação como prática da liberdade*, Freire (2018) propõe que a participação e o diálogo constituem condições para que sujeitos historicamente silenciados assumam voz pública; em *Pedagogia do oprimido*, Freire (2000; 2021) tensiona a naturalização da opressão e insiste em processos de conscientização que recusam fatalismos. Quando a assistência estudantil incorpora espaços de escuta e de co-gestão, aproxima-se desse

horizonte, pois reconhece estudantes como agentes que interpretam, reivindicam e transformam a instituição.

A dimensão político-pedagógica também aparece em Pedagogia da autonomia, na qual Freire (1996) discute saberes necessários à docência comprometida com respeito, rigor e ética; em Educação e mudança, Freire (1981) enfatiza que transformações educacionais exigem escolhas coletivas e enfrentamento de estruturas excludentes. Ao situar direitos humanos e gestão democrática no debate educacional, Freire (2019) reforça que políticas públicas precisam combinar participação, transparência e compromisso com o público, evitando tecnocracias que desconsiderem as experiências concretas dos sujeitos.

No caso da Rede Federal, a assistência estudantil dialoga com a concepção de formação integral e de ensino médio integrado, que articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) discutem concepção e contradições do ensino médio integrado, sugerindo que a integração não se reduz a justaposição curricular, pois exige projeto pedagógico que recuse dualismos e que ofereça aos jovens acesso ampliado a conhecimentos e práticas culturais. Quando estudantes enfrentam insegurança alimentar ou falta de transporte, a integração curricular se esvazia, pois a experiência escolar se fragmenta; assim, a assistência pode sustentar a própria possibilidade material de integração.

Além disso, ao problematizar a relação entre Institutos Federais, ensino médio integrado e projeto societário de desenvolvimento, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2018) indicam que a expansão da Rede Federal carrega promessas de interiorização, inclusão e desenvolvimento regional, mas também enfrenta pressões por produtividade, flexibilização e alinhamento a demandas imediatas do mercado. A assistência estudantil, nesse cenário, pode ser capturada por racionalidades gerenciais que tratam permanência como indicador a ser otimizado, ou pode ser reapropriada como política de direitos, articulada a participação estudantil, ações afirmativas e acompanhamento pedagógico.

A crítica de Frigotto (2010) à crise do “capitalismo real” reforça que políticas educacionais se desenvolvem sob disputas distributivas e sob regimes de austeridade que comprimem financiamento público. Nessas condições, a

assistência estudantil costuma ser uma das primeiras áreas a sofrer contingenciamentos, justamente porque opera com benefícios diretos e visíveis, embora sua redução tenda a ampliar evasão e reprovação, produzindo custos sociais e institucionais mais amplos. A racionalidade de curto prazo, portanto, colide com a lógica de permanência, que exige previsibilidade e planejamento.

Em termos de possibilidades, uma assistência orientada por emancipação pode articular três movimentos. Primeiro, reconhecer a permanência como processo que combina proteção material, apoio pedagógico e produção de pertencimento, evitando que o estudante seja definido apenas por carência. Segundo, instituir governança democrática com participação de estudantes e servidores, o que favorece critérios claros, comunicação não estigmatizante e avaliação formativa das ações. Terceiro, integrar a política a um projeto pedagógico que valorize formação humana integral, conforme os debates sobre ensino médio integrado (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012), de modo que a assistência sustente condições reais para estudo, cultura e vida acadêmica.

Assim, ao considerar a modernização conservadora descrita por Fernandes (2000) e a herança moralizante apontada por Floresta (2016), torna-se possível defender que a assistência estudantil precisa ser reivindicada como direito público, ancorado em justiça social e em educação libertadora. Nesse enquadramento, a política deixa de operar como mecanismo de controle e passa a compor uma ecologia institucional de cuidado, participação e formação, na qual permanência com êxito não se mede apenas por taxas, mas pela qualidade das experiências educativas e pelo acesso efetivo a bens culturais.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada à compreensão interpretativa de conceitos, marcos normativos e disputas de sentido em torno da assistência estudantil. Conforme Almeida (2017) e Ferrer e Dias (2023), a opção metodológica por revisão de literatura demanda delimitação de problema, recorte temporal, critérios de seleção e coerência entre objetivo, corpus e forma de análise, de modo a evitar acumulação desordenada de referências. Assim, o estudo combinou literatura acadêmica (teses,

dissertações, livros e artigos) e documentos oficiais (leis, decretos e diretrizes), considerando a centralidade do PNAES (Brasil, 2010) e de marcos correlatos da assistência social e da educação.

Quanto ao desenho da revisão, adotou-se procedimento de revisão narrativa com protocolos de busca e de rastreamento sistematizados, de modo a tornar explícitos os passos de identificação, triagem e síntese. Casarin et al. (2020) diferenciam tipos de revisão e assinalam que, mesmo quando não se pretende meta-análise, convém explicitar estratégias de busca e critérios de inclusão e exclusão. Para operacionalizar a seleção e organização do material, empregou-se um roteiro inspirado no método SSF, proposto por Ferenhof e Fernandes (2016), contemplando: definição do escopo e das palavras-chave; seleção de bases e fontes; filtros por pertinência temática; leitura exploratória e analítica; e síntese argumentativa por eixos. A análise do corpus realizou-se por categorização temática, articulando (i) permanência e vulnerabilidade, (ii) institucionalização normativa e gestão pública, e (iii) assistência como direito e mediação pedagógica, visando responder à pergunta de pesquisa e sustentar inferências coerentes com o referencial teórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu compreender que a política de assistência estudantil, quando inserida em um quadro de direitos e de proteção social, ultrapassa a condição de benefício contingente e se aproxima de um dispositivo público de democratização real da educação. O primeiro objetivo específico, dedicado aos desafios contemporâneos de permanência, foi atendido ao evidenciar que restrições financeiras, intensificadas por custos de transporte, alimentação e moradia, atravessam o cotidiano discente e incidem sobre tempo de estudo, rendimento e decisão de continuidade, como sugerem registros sobre permanência no ensino superior (Albuquerque, 2023). Ao articular tais evidências à história da educação profissional, marcada por racionalidades assistencialistas e seletivas (Avilar; Ribeiro, 2022), sustentou-se que a permanência não pode ser lida como responsabilidade individual, pois envolve condições estruturais e institucionais.

O segundo objetivo específico, voltado à contextualização da assistência como política social pública, foi alcançado ao reconstituir marcos legais e programáticos que organizam o campo, desde a institucionalidade da assistência social (Brasil, 1993; Brasil, 2004) até a reordenação educacional (Brasil, 1996) e a criação da Rede Federal (Brasil, 2008). Nesse percurso, o PNAES (Brasil, 2010) emergiu como marco de indução que delimita áreas de atendimento e afirma a permanência como agenda estatal, embora sua efetividade dependa de financiamento e capacidade administrativa. A leitura sociológica de reprodução (Bourdieu; Passeron, 1998) contribuiu para interpretar que desigualdades de origem não desaparecem com a expansão, pois se reconfiguram em barreiras simbólicas, linguísticas e curriculares, de modo que a assistência precisa dialogar com ações pedagógicas e com a cultura institucional.

O terceiro objetivo específico, relativo à compreensão crítico-emancipatória da assistência, foi respondido ao tensionar a política como mediação entre projeto educativo e projeto societário. A reflexão indicou que a assistência pode ser capturada por racionalidades gerenciais, reduzida a indicador de permanência, ou pode ser orientada por participação, transparência e formação integral, em sintonia com debates sobre ensino médio integrado e desenvolvimento social (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012; 2018). Ao aproximar esse horizonte do pensamento freireano, a assistência passou a ser lida como condição para diálogo, autonomia e gestão democrática (Freire, 1996; 2019), evitando que estudantes sejam reduzidos a recipientes de auxílio ou a objetos de vigilância.

Quanto à pergunta de pesquisa, conclui-se que o desenho e a implementação da assistência estudantil reconfiguram condições objetivas de permanência na medida em que combinam, ou não, proteção material e suporte à aprendizagem. Quando a política opera apenas como transferência monetária, ainda que necessária, tende a mitigar urgências imediatas, porém preserva mecanismos institucionais que geram reprovações, desfiliação e abandono; quando se integra a apoio pedagógico, inclusão digital, saúde e cultura, fortalece pertencimento e amplia a possibilidade de trajetórias educacionais consistentes (Antunes, 2018; Bacich; Moran, 2015). Assim, a assistência estudantil, para produzir permanência com êxito, demanda governança intersetorial, critérios

claros, comunicação não estigmatizante e avaliação formativa, com participação discente, de modo que a expansão educacional não se converta em inclusão precária, mas em ampliação efetiva de oportunidades, direitos e experiências formativas socialmente significativas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Diogo. Dificuldades financeiras limitam permanência de estudantes no ensino superior. **Correio Braziliense**, 9 abr. 2023.

ALMEIDA, Maurício B. **Noções básicas sobre metodologia de pesquisa científica**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

ANTUNES, Evelise Dias. **Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

AVILAR, Wilkerson Oliveira de; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Ensino profissional enquanto medida social para “desvalidos” ou “menores” no Brasil (1530-1930). **Revista Conexão na Amazônia**, v. 3, n. 2, p. 76, 2022.

AVILAR, Wilkerson Oliveira de; RIBEIRO, Josina Maria Pontes; FERNANDES, Maria Nilvane. Marcos históricos das políticas de Educação Profissional e Tecnológica e a socioeducação no Brasil (1930-2012). **Revista Paradigma**, v. XLIII, p. 118-142, set. 2022.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARBOSA, Nelson. **Ditadura, Estado e economia: as raízes do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigo Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. A trajetória da assistência social até se efetivar política social pública. Caçador: **Revista Interdisciplinar de Estudo em Saúde**, v. 4, n. 1, 2015.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.129**, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n.os 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jul. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Educação Tecnológica**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Governo Federal, 2004.

BRASIL. **Plano de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC)**. Brasília: Governo Federal, 2007.

CASARIN, Sidnéia Tessmer et al. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 5, 2020. DOI: 10.15210/jonah.v10i5.19924.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERRER, Walkiria Martinez Heinrich; DIAS, Jefferson Aparecido. **Manual prático de metodologia da pesquisa científica**: noções básicas. Marília: Unimar, 2023.

FLORESTA, Suzana Rodrigues. **Assistência social no Brasil**: a história do Orfanato São José. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora**: gestão democrática da educação pública da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o Ensino Médio Integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.